

ATA DA 112ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de maio de 2003, na sala de reuniões do CAP, às 10:00 horas, sob a presidência do Sr. José Carlos de Oliveira Mendes reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos conselheiros Juarez Moraes e Silva, Mário Marcondes Lobo Filho, Cláudio Fernando Daudt, Ogarito Borgias Linhares, Orsival Francisco, Carlos Alberto Silveira Calvo, José Silvio Gori, Mauro Fontoura Marder, Carlos Roberto Frisoli, Arivaldo Barbosa José, Wilson Moraes da Silva, Maria do Socorro de Oliveira, Luiz Antônio Fayet, José Carlos Gomes Carvalho, Ailton Galinari, José Roberto Almeida Corrêa, Luiz Henrique Roos, João Gilberto Cominese Freire, Eduardo Requião de Mello e Silva, Superintendente da APPA, e dos convidados, CMG Osmar Pedro da Cunha, Capitão dos Portos, Marco Antônio Franco, Delegado da Receita Federal em Paranaguá, Heitor Wallace de Mello e Silva, da Ferroeste. **Abertura da Reunião:** O Presidente deu início a reunião cumprimentando e agradecendo a todos presentes, destacando a presença do Superintendente da APPA, Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva. Inicialmente apresentou e pediu o referendo do Conselho a indicação da Sra. Rosa Shimoisa Ebina, para exercer a função de Secretária Executiva do CAP, e o Conselho manifestou-se favoravelmente a indicação. Informou que teve o prazer de acompanhar o Superintendente e o Governador na inauguração do Terminal Ponta do Félix e do Posto de Serviços de Controle de Qualidade – GLASPAR, para o Pool de exportação, dizendo que o Porto está começando a ter então a sua nova face que chega com o governador Roberto Requião, demonstrando a vontade política para o desenvolvimento Portuário. **Justificou a Ausência:** Do Conselheiro Carlos Gilberto Matoso, por estar participando da reunião extraordinária do Conselho de Representante junto a Federação em Brasília, do Conselheiro Zulfiro Antônio Bósio, em virtude de seu envolvimento com as comemorações dos 32 anos de fundação do CEXPAR e do dia do Comércio Exterior do Paraná, e do suplente da Presidência o Sr. Hélio José da Silva, em viagem ao Porto de Manaus. O Sr. Presidente passou a palavra ao Conselheiro Juarez Moraes e Silva, que informou ao plenário que lhe cabe apresentar os nomes dos conselheiros indicado pelo Bloco do Poder Público e do Bloco de Operadores Portuários nas Comissões Permanentes e Temporárias do CAP, bem como, a criação do conselho deliberativo da Superintendência, de formação técnico que dará suporte ao Superintendente e as Comissões do CAP, ficando assim: Comissão de Acompanhamento do Regulamento de Exploração dos Portos e do Regimento Interno do CAP, pelo Bloco do Poder Público, titular Mário Marcondes Lobo Filho, suplente José Carlos de Oliveira Mendes, representante técnico da APPA, Eng. Admilson Lanes Morgado Lima; Comissão de Acompanhamento dos Processos Licitatórios para Exploração de Instalações Portuárias, pelo Bloco do Poder Público, titular Juarez Moraes e Silva - relator, suplente Mário Marcondes Lobo Filho, representante técnico da APPA, Sr. Alaor Ribeiro dos Reis; Comissão Tarifária e Orçamentária, pelo Bloco do Poder Público, titular Juarez Moraes e Silva, pelo Bloco dos Operadores Portuários, suplente Ogarito Borgias Linhares, representante técnico da APPA, Eng. Antônio do Carmo Tramuja Neto; Comissão de Acompanhamento das Medidas de Proteção ao Meio Ambiente, pelo Bloco do Poder Público, suplente Juarez Moraes e Silva, representante técnico da APPA, Sr. Carlos Roberto Soares; Comissão de Acompanhamento de Zoneamento, Desenvolvimento e do Melhoramento da Infra-Estrutura do Porto, pelo Poder Público, titular Juarez Moraes e Silva, pelo Bloco dos Operadores Portuários, suplente Ogarito Borgias Linhares, representante técnico da APPA, Sr. Luiz Henrique T. Dividino; Comissão de Atração de Cargas e Fomento à Ação Industrial e Comercial do Porto, pelo Bloco do Poder Público, suplente Juarez Moraes e Silva, representante técnico da APPA, Sr. Elian Prado Caetano; Comissão de Acompanhamento do Treinamento Portuário, pelo Bloco do Poder Público, titular José Carlos de Oliveira Mendes, suplente Juarez Moraes e Silva, pelo Bloco dos Operadores Portuários, suplente Ogarito Borgias Linhares, representante técnico da APPA, Sra. Kelcybel da Silva; Comissão de Operações Portuárias, titular Juarez Moraes e Silva, pelo Bloco dos Operadores Portuários, suplente Ogarito Borgias Linhares, representante técnico da APPA, Eng. José Aloiso T. Martinelli; Comissão de Acompanhamento de Dragagem, Manutenção e Modernização da Infra-Estrutura Portuária – FUNMAR, pelo Bloco do Poder Público, titular José Carlos de Oliveira Mendes, suplente Juarez Moraes e Silva, pelo Bloco dos Operadores Portuários, titular Ogarito Borgias Linhares - relator, representante técnico da APPA, Eng. Maria Manuela da E. Oliveira; Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Investimentos e de Manutenção – FUNPORT E FUNSILO, pelo Bloco do Poder Público, titular Juarez Moraes e Silva, pelo Bloco dos Operadores Portuários, suplente Ogarito Borgias Linhares, representante técnico da APPA, Sr. Daniel Lúcio O de Souza; Comissão de Acompanhamento de Qualidade de

Mercadorias, pelo Bloco do Poder Público, titular Juarez Moraes e Silva – relator, suplente Cláudio Fernando Daudt, representante técnico da APPA, Sr. Onilande Mares da Costa; Comissão Temporária de Acompanhamento do Gerenciamento no Tratamento de Resíduos e Zoonoses, pelo Bloco do Poder Público, titular Juarez Moraes e Silva, suplente José Carlos de Oliveira Mendes, pelo Bloco dos Operadores Portuários, suplente Ogarito Borgias Linhares, representante técnico da APPA, Sr. Carlos Roberto Soares; Comissão Temporária de Acompanhamento dos Trabalhos de Consultoria contratada pela APPA para reformular o PDZPO, pelo Bloco do Poder Público, titular José Carlos de Oliveira Mendes, suplente Mário Marcondes Lobo Filho, pelo Bloco dos Operadores Portuários, titular Ogarito Borgias Linhares, representante técnico da APPA, Sr. Luiz Henrique T. Dividino; Comissão Especial de Acompanhamento da Atuação da Receita Federal no Porto, pelo Bloco do Poder Público, titular Juarez Moraes e Silva, Suplente José Carlos de Oliveira Mendes, pelo Bloco dos Operadores Portuários, titular Ogarito Borgias Linhares, representante técnico da APPA, Engo José Aloiso T. Martinelli; Comissão Especial de Acompanhamento da Logística Ferroviária no Porto, Bloco dos Operadores Portuários, suplente Orsival Francisco, representante técnico da APPA, Sr. Luiz Henrique T. Dividino; Comissão Especial designada para formatar Agenda Propositiva, pelo Bloco do Poder Público, suplente José Carlos de Oliveira Mendes, representante técnico da APPA, Eng. Kozo Kawata. Repetindo que seria o corpo técnico para dar apoio aos membros das comissões. O Presidente acatando sugestão do CMG Osmar Pedro da Cunha, solicitou que seja fixada no Quadro de Aviso da APPA, a composição das Comissões e seu respectivo representante técnico da APPA, para conhecimento a comunidade portuária. **Aprovação da Ata:** Por unanimidade a ata da 111ª Reunião Ordinária foi aprovada sem ressalvas. **Informe:** números de Operadores Portuários Qualificados, posição de 14.05.2003, que são 54 (cinquenta e quatro). Ainda com a palavra o Presidente reportou-se ao ofício circular 12/03 – CAP/PR, encaminhado aos conselheiros à pauta e o expediente, a fim de que os conselheiros tomassem ciência do teor dos documentos tramitados durante o mês no CAP e perguntando ao plenário se querem solicitar a leitura na íntegra de algum documento, com finalidade de dirimir dúvidas, ou melhor, informarem-se sobre a matéria. O Conselheiro Ogarito Borgias Linhares, respondeu a manifestação do Conselheiro Fayet sobre o assunto do ofício 28/03-CAP, de 09/05/03 à Comissão de Acompanhamento de Dragagem, encaminhando cópia da correspondência do Terminal de Contêineres de Paranaguá, TCP/DIR-014/03, de 06/05/03, que trata das questões envolvendo dragagem nos berços 215/216 e na Baía de Evolução, informando que a batimetria realizada nos referidos locais apresentou assoreamento e que a Draga Brasil já está operando nesta área. Com a palavra o Sr. Presidente consultou o Conselheiro Fayet e os demais conselheiros se a informação foi satisfatória. Não havendo manifestação, o assunto foi encerrado. **Relatório Gerencial da APPA:** O presidente passou a palavra ao Conselheiro Ogarito Borgias Linhares, que distribuiu aos presentes o Relatório Gerencial, com a movimentação de cargas no período de abril/2003: Movimentação de Carga Geral – Exportação (236.182 toneladas), Importação (89.876 toneladas); Graneis Sólidos – Exportação (2.134.958 toneladas), Importação (494.034 toneladas); Graneis Líquidos - Exportação (337.403 toneladas), Importação (77.891 toneladas); Contêineres – Exportação (11.317 TEU), Importação (13.223 TEU); Veículos (5.054 unidades), Importação (83 unidades); Movimento de Navios no Porto 196. Porto de Antonina: Exportação (47.976 toneladas), e saudou o presidente do CAP, Sr. José Carlos de Oliveira Mendes, a Secretária Executiva e especificamente o Superintendente com a sua presença nesta sessão, em sequência destacou a avaliação da movimentação de carga geral, que vem se mantendo na média, o que não ocorreu no exercício anterior que teve picos e vales, isto foi comprovado com levantamento efetuado em conjunto com a Diretoria Empresarial, do MMO (Movimento de mão-de-obra) de 2002 e 2003, que demonstrou aumento em relação ao período anterior, em torno de 9 a 10%, de 11 a 12 milhões, que refletem em parte os reajustes havido nas tabelas, mas que dá clara demonstração do movimento de ganho e carga. Quanto ao granel o comportamento excepcional, a safra foi concentrada. O Conselheiro Fayet indagou a respeito da expectativa dos contratos de exportações de graneis e a competição com o Porto de Santos. O Conselheiro Ogarito, disse que há expectativa de acréscimo e que poderá atingir cinco milhões de toneladas, o que ocorre é que com a redução da taxa do dólar está trazendo acomodação, um realinhamento, quase um lineamento no processo de exportação. Com a palavra o Presidente perguntou ao Colegiado se há alguma questão a mais a ser colocada ao Conselheiro Ogarito. A Conselheira Maria do Socorro, perguntou a situação do Cais Oeste, Conselheiro Ogarito falou que todas licitações do Ministério foram suspensas, e que o Ministério dos Transportes prepara um Convênio a ser firmado com o Governo Requião, de transferência de recursos financeiros, para que o processo licitatório seja realizado pelo Porto, trazendo uma redução de custos da obra em relação à

expectativa de preços, há também uma revisão do projeto, no sentido de que tenhamos um projeto mais moderno e mais consistente com tecnologia de engenharia mais avançada. Há ainda algumas diferenças do projeto original do cais oeste e este Conselho por unanimidade refugou no relatório final do PDZPO, que é o avanço do cais entre 18 a 30 metros, com perda de pelo menos um berço. A Conselheira Maria do Socorro, perguntou também: Quando? E o prazo para a concretização do processo licitatório para a construção do cais oeste? O Conselheiro Ogarito disse que estamos passando pelo processo de descontinenciamento do orçamento federal, onde começa surgir recurso liberado, para as prioridades do Ministério dos Transportes. O Porto de Paranaguá, foi colocado pelo Governo Requião junto ao Ministério dos Transportes, como prioridade, superando as demais, dada à visão de importância que este Governo dá na questão portuária. Após assinatura do Convênio, seria em torno de 6 a 8 meses, tendo em vista que o processo licitatório deste porte é morosa. O Conselheiro Carvalho complementou dizendo que o descontinenciamento é real e informou da sua participação na discussão do PPA no Conselho e tem conversado muito com o Ministro Mantega e ele confirma isso, portanto, teremos dias melhores para o Porto, fazendo investimentos aqui, fazendo do Porto de Paranaguá um canal de saída e entrada das nossas riquezas. Aproveitando o assunto o Conselheiro Fayet falou sobre a CIDE, por solicitação da Presidência, dizendo que a Confederação Nacional de Agricultura está trabalhando duramente, no sentido de tentar que a CIDE, que é um tributo Constitucional, seja aplicada na finalidade prevista, que destina fundamentalmente o recurso na infra-estrutura de transportes, para ter uma idéia, 4 bilhões não foi comprometido e estão contingenciados e uma estimativa de 9 bilhões para este ano e fazendo análise sobre este patamar de recursos, que deve fluir a medida que o governo descontinência. Se o Paraná obtiver direito de 4 a 5 por cento, para infra-estrutura total, teremos cerca de 500 milhões de reais por ano e com uma programação bem feita, este valor ao longo de 5 anos, construímos uma poderosa infra-estrutura para o corredor de Paranaguá, incluindo adequações no Porto, sistema rodoviário e ferroviário. O Governo Federal, já solicitou às Secretarias de Transportes que se organizem em cada estado o seu foro, para definição de prioridades. Estamos em contato com o Porto, DER e Ferroeste, consolidando a visão de várias entidades a respeito de fechar uma prioridade Paranaense, onde o objetivo é ter uma posição que seja do governo, usuários, operadores, políticos e trabalhadores, uma posição única. Então, a idéia do Programa Único da Comunidade Paranaense. Informou ainda, da grande dificuldade que está havendo, como o governo contingenciou estes recursos, isto está sendo interpretada pela justiça como desvio de finalidade e propiciou muitas liminares sustando as contribuições, para ter idéia o Secretario da Receita Federal informou que ele acredita que mais ou menos a metade está sendo desviado através de liminares. Então, este argumento que usamos com o Ministro do Planejamento, Lideranças Políticas e o Relator da LDO, Deputado Paulo Bernado, do Paraná, colocando estas questões sobre a nossa grande preocupação. Nos últimos dias as autoridades foram sensibilizadas de que não adianta contingenciar porque vão perder dinheiro e tem que aplicar na finalidade, e agora o fluxo tenderá a se normalizar. Pedimos ao Ministro do Planejamento que o governo entre com Projeto de Lei ou outra coisa que tenha que ser aprovado via legislativo, para determinar este fluxo, compatibilizando a necessidade e a determinação constitucional da CIDE, com as questões governamentais de fluxo de caixa, acredito que logo teremos uma luz sobre descontinenciamento, mas fundamentalmente deixar aqui que estamos articulando com o setor produtivo e com o governo, para firmarmos uma proposta técnica consistente. E esta proposta ser única do Paraná. Respondendo à pergunta do Conselheiro Mauro Marder sobre o projeto único na infra-estrutura de logística do Paraná, que foi efetuado pelo Ministério/GEMPO, disse que está sendo resgatado. Com a palavra o Conselheiro Carvalho, sobre logística, falou da Paraná Log que funciona dentro das instituições, tendo membro a APPA: primeiro resgatou em todas entidades e nas secretarias e inclusive na APPA aquilo que existe de logística e a partir de então feito o documento, a segunda fase foi elencar as prioridades, e entregamos ao governador esta semana, aquilo que as entidades públicas e entidades privadas elencarem como prioridades e se pensar no Gempo, nem sempre as prioridades são as mesmas, e o Porto de Paranaguá evidentemente é uma das grandes prioridades, como é a prioridade a revitalização das ferrovias. Temos que resolver essa questão. Quando foi feita a concessão das ferrovias federais, o governo ficou com a malha permanente e material rodante e não houve nenhum investimento e o mesmo aconteceu com a Ferroeste e tenho certeza que o governador está encaminhando a questão da Ferroeste para uma boa decisão, para que as ferrovias venha ao encontro das nossas necessidades. Falou ainda, que encaminhará na segunda-feira ao Superintendente os dois estudos de logística, para conhecimento. **Relatório das Comissões: Comissão dos Fundos de Investimentos:** O Conselheiro José Silvio Gori, relatou a posição dos saldos de abril do Funsilo (5.321.671,48) e do Funport

**Conselho de Autoridade Portuária
dos Portos de Paranaguá e Antonina**

(6.378.039,31) e disse que com a nova composição da Comissão deverá se reunir, para detalhar melhor, falou também da composição do corpo técnico, que é de grande importância, visto que muitas vezes os membros da Comissão têm carência de informações técnicas, e com apoio os trabalhos serão mais produtivos. Em parte o Conselheiro Mário Marcondes Lobo Filho, informou que está no aguardo do cronograma de investimentos e que os recursos estão na sua maioria aplicados em RDB/CDB, somente no FIF as despesas imediatas, informou ainda, que houve uma movimentação de grande valor da conta, mas foi transferência para o Banco do Brasil S/A. **Comissão de Acompanhamento de Dragagem:** O Conselheiro Carlos Roberto Frísoli, relatou a posição do saldo do FUNMAR do mês de abril de R\$ 10.188.146,23. **Comissão do Regulamento de Exploração do Porto e do Regimento Interno do CAP:** O Conselheiro Mauro Marder, disse que foi encaminhada correspondência a Procuradoria Jurídica, para orientação e posicionando sobre a proposta da AOCEP, uma vez que o beneficiário é a Autoridade Portuária, e não recebeu resposta. Pronunciaram-se os Conselheiros Mário Marcondes, Airton, José Roberto Corrêa, Ogarito Linhares, Carvalho, Maria do Socorro. O Superintendente da APPA e o Sr. Presidente, os quais fizeram várias considerações: que a apólice de seguro é uma imposição legal para cada operador portuário; redução de custos; vários membros não fazem propriamente operação de navio e não tem necessidade de requisição de pessoal, a não ser no caso da moega; a empresa que utiliza o Silo Público, para fazer o seu pool, tem que ser operador portuário; para colocar a mercadoria no silo não precisa ser operador portuário, pode ser usuário e exportador; o embarcador sim, tem que ser operador portuário; o Porto vem estudando essa questão como um seguro de qualidade; quando a empresa se qualifica como operador portuário, não fica determinado onde operar, ele passa ter o direito de ação plena, portanto, os deveres também plenos; as empresas modernas trabalham com uma apólice aberta, flutuante, por adesão, tendo uma apólice aberta que atende os pré-requisitos da Lei e as determinações do Porto, e com menos custo; responsabilidade da seguradora; podemos ver e rever este seguro como um todo; qualidade do Porto de Paranaguá; com a assessoria técnica da APPA deve ficar aberta esta discussão. O Presidente falou que continua aberta a discussão do seguro da AOCEP, mas também com o Porto. **Comissões Especiais:** O Conselheiro Airton Galinari, falou que já relatou na reunião anterior que ANVISA tem pesada legislação e que a partir de 30 de junho penalizará todos que não possuírem o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Mencionou que quando foi editada a Lei e com subsídio da FIEP, originou a contratação do SENAI, pela experiência que tem nesta área de tratamento de resíduos e meio ambiente, para elaboração deste Plano, onde a APPA e também todos demais Terminais tiveram a oportunidade de participação de ação comum, com uma pequena contribuição, teríamos o Senai trabalhando em 2 fases: sendo a primeira a radiografia da situação atual, com levantamento de cada situação, terminal por terminal e o mesmo da instalação pública, e a segunda fase que seria proposições de soluções e implementação de ações. A primeira fase foi concluída e entregue o relatório às empresas e a segunda fase ela foi até um certo ponto e houve uma descontinuidade normal em virtude da transferência de Governo e há necessidade de dar continuidade pelo mesmo caminho ou pela outra alternativa, por questão legal, há também várias ações dentre elas a destinação final, o mais fora de controle de solução, porque as implementações são de medidas internas das empresas e da APPA e acredito são exequível e rápida, mas a destinação final do lixo para cada situação que exigirá um aterro sanitário, incineradores e transportes, isso realmente são ações de longo prazo até pela definição jurídica, com problemas com prefeitura e compras de equipamentos, disse também, que com assessoria técnica e definição da Comissão por parte da APPA é fundamental. O Conselheiro Carvalho teceu comentários sobre Seminários das questões ambientais em novembro, mas antes teremos um seminário como pré-requisitos em cada estado, do Paraná será em agosto, e solicitou ao Superintendente a sua participação com o corpo técnico, dando informações e subsídios para que saibamos o que queremos e como fazer. Novamente o Conselheiro Airton, colocou o problema das Zoonoses, dificuldades bastante sérias com relação a certificações de qualidades nas qualificações das exportações, que são os problemas com pombos e ratos e sem um Gerenciamento de Resíduos não têm como controlar e sem a participação do IBAMA, para dizer até onde podemos ir com os pombos. Pronunciaram-se os Conselheiros Ogarito Linhares, Mauro Marder, Maria do Socorro, Carvalho e o Superintendente, todos preocupados com a solução, e também com o problema de EIA-RIMA, sendo proposto pelo Superintendente o planejamento ambiental global para o Porto, discutindo como seria um porto ecologicamente correto, com a Funpar/CEM, incluindo o EIA-RIMA. O Sr. Presidente sugere que a Comissão se reúna em caso de emergência. Para a próxima reunião ordinária, apresentar alternativas para a questão. **Assuntos Gerais:** A Conselheira Maria do Socorro tratou de dois temas; primeiro sobre a questão de Telemática do Porto e

segundo sobre formação profissional dentro do Porto. Com a palavra o Conselheiro Orsival falou em relação à informatização dos procedimentos de cargas e movimentação, que pode ter como sinônimo a palavra telemática, fizemos uma convocação onde APPA, órgãos públicos: como Receita Federal, Marinha e órgãos privados: agência marítima, operadores e ACIAP, para uma reunião no auditório, com os criadores do sistema em desenvolvimento chamado super via, que está sendo aplicado no Porto de Santos, são dois professores da USP que apresentaram o projeto, o mesmo projeto está em aplicação nos Portos de Vitória e Rio de Janeiro em situações diferentes de grau de desenvolvimento. Informou que o Porto vai prosseguir e tentar recuperar os prazos, para colocar em prática o novo processo da telemática, e o prosseguimento dos dados existentes. Complementando, o Conselheiro Mauro Marder disse que existe uma Comissão na Comunidade Europeia, que estuda esta questão nos portos do comércio exterior, a informática dos portos que tem o foco de redução de custos fabulosos, outra coisa, há necessidade da participação do Banco Central e Receita Federal, que acreditem nesse processo, para que as transações sejam feitas com total segurança, isto é fundamental. O Presidente reportou ao assunto tratado na reunião anterior sobre o Centro de Treinamento Portuário e solicitou aos conselheiros que fizessem sugestões, porque é de importância para elevação da qualidade de mão-de-obra portuária e há recursos. Com a palavra o CMG Osmar da Cunha disse que qualquer treinamento é de responsabilidade do OGMO, para realizar os respectivos cursos de aperfeiçoamento. O presidente, acatando a sugestão do Conselheiro Fayet, sugeriu que o assunto fosse discutido na Comissão, com a participação dos técnicos e outras pessoas ligadas ao assunto, apresentando na próxima reunião o programa com as exigências práticas, legais e as alternativas, bem como, a participação da Marinha, OGMO e SENAI. Pronunciaram-se também, os Conselheiros Frisoli, Mauro Marder, Carvalho, Ailton, Arivaldo, Ogarito, todos se colocando a disposição do Sr. Presidente e falando que é uma questão fundamental, para o avanço na qualificação do pessoal, sendo de grande importância para toda comunidade portuária. O Sr. Presidente disse que a palavra continua livre, o Conselheiro Cláudio Daudt abordando questão setorial e aparentemente pontual que é a exportação de congelados, disse que, aqui no Paraná a Delegacia do Ministério da Agricultura, estabelece padrão de altíssima qualidade, e que não está acontecendo nos portos vizinhos. Com isso, estamos perdendo cargas, neste mês perdemos dois navios para Rússia, não a Ponta do Felix, mas sim, o Paraná. Contatando o Delegado do Ministério da Agricultura, pedindo que sejam adotados critérios únicos no país, aqui a carne suína chega em Paranaguá ou Ponta do Félix, precisa 10 dias entre a produção e o embarque efetivo do navio, e nos portos vizinhos está produzindo hoje e embarcando amanhã. Disse que não podemos continuar perdendo cargas, por falta de critérios. Manifestaram-se os Conselheiros Mauro Marder, Orsival, Fayet, Mário Marcondes, Maria de Socorro, Carvalho, Ogarito, todos preocupados com a situação, dizendo: que Paranaguá tem para amadores o menor custo de escala, a melhor operação dos portos do Sul e têm menor cargas agregadas; necessidade de filtrar toda às vezes que existem exageros no cumprimento da lei, com excessivos formalismos, excessivos entraves, dialogando com os órgãos fiscalizadores. Com a palavra o Presidente comunicou que existe a Comissão de Atração de Carga e Fomento à Ação Industrial e Comercial do Porto, responsável pelo assunto e solicitou imediatamente uma ação, para produzir um documento com diagnósticos e a necessidade de melhor integração da autoridade fiscalizadora do porto e estendendo a participação do representante do Ministério da Agricultura nas reuniões do CAP. Com a palavra o Conselheiro Fayet comunicou que gostaria de reportar três temas ao Conselho, primeiro que na semana passada teve reunião da Comissão de Portos com ação empresarial e ANTAQ, sobre a reformulação da Resolução n.º 55, e a decisão é que a ANTAQ aceitou pelo menos 60% das sugestões e agora vai haver um procedimento, colocar em consulta pública e depois fazer audiência pública, outra sobre a reunião no âmbito da Comissão dos Portos, onde há uma grande preocupação que Estados Unidos, tendo em vista a questão de terrorismo, estão antecipando adoção do código internacional para proteção de navios e instalações portuárias, para entrar em vigor em janeiro de 2004 e no resto do mundo, um semestre a mais e a informação que temos que os Portos Americanos não receberão navios que tenham atracado antes em portos, que não tenham condições de segurança instaladas, então passei a Superintendência, a Presidência o material que está disponível eletronicamente, também o informe, elaborado pela ABTP a respeito dessa preocupação e o terceiro ponto, que no dia 17 de junho, ficou acertado entre o Ministro e a Comissão de Portos, um Seminário Nacional de 10 anos da legislação portuária, objetivo do Ministério é colher sugestões sobre modificações que sejam entendidas como necessárias em todo o sistema portuário e na legislação portuária. Finalmente, pelo avanço da hora, o Presidente iria encerrar os trabalhos e o Conselheiro Juarez solicitou a palavra para falar sobre o Relatório do Porto de Antonina, distribuindo aos presentes o Relatório, com indicadores em maio,

Presidente : José Carlos O. Mendes
Endereço : R. Antonio Pereira, 161 CEP 83.221.030 - Paranaguá - Pr.
Telefax (041) 420-1360 E-mail cappgua@pr.gov.br

**Conselho de Autoridade Portuária
dos Portos de Paranaguá e Antonina**

destacando o crescimento de 32,55% em relação ao mesmo período do ano anterior; exportação de frangos por Ponta de Félix, representa mais de 10% de toda exportação brasileira; que o ano passado Porto de Antonina representou 2,2% do movimento do Porto de Paranaguá, devendo ultrapassar 5% em 2003 e atingir 10% em 2004; na questão da Inframar foi recolhidos nos últimos anos R\$ 3.211.905 e Funmar R\$ 801.594; e os eventos principais nos próximos 30 a 40 dias, fundamentalmente o retorno da operação com Barcaças, data prevista em 15 dias; reativação Ferrovia Morretes Antonina, em 30 dias o trecho estará reativado; e a divulgação a Licitação Terminal Líquidos Antonina, até final de julho. Com a palavra o Sr. Presidente disse que a próxima reunião fica marcada para o dia 27/06/2003 e perguntou ao Conselho se há algum assunto a mais. Solicitando a palavra o Conselheiro Airtton pediu para fazer o último comentário, parabenizou a APPA, por ter manifestado formalmente pela primeira vez com relação ao problema de draft de navios, problemas extremamente sérios nas exportações de graneis; pesos de balança e entraves de documentação, e informou que essa atitude foi bastante importante, inclusive favorável para a situação dos Terminais. Solicitou a APPA que coordenasse juntamente com os terminais, durante o mês, uma ação política, algum instrumento de pressão, porque uma ação técnica já não há efeito, não existe mais argumentos técnicos que convença os Juizes, para conceder liminar, chegando ao cúmulo à discussão do arresto de navio, a situação está grave, onde tecnicamente o certificado do INMETRO não vale nada, e ficando refém do comandante do navio e do perito de draft, uma medida totalmente empírica contra a eficiência das balanças. Manifestaram-se o Conselheiro Orsival, Ogarito Linhares, ambos Diretor da APPA, disseram que estão cientes do problema, e como o Porto abriu discussão pela primeira vez, no sentido de checagem de porão: o peso da balança, comprovação física visual do fator de estiva do porão e draft, portanto, isto fecha violentamente a possibilidade dos números serem manipulados e questionados, com isso, no exterior os resultados tem sido bom na descarga, e não podemos aceitar que alguém por decisão pessoal começa questionar todo sistema. Com a palavra o Presidente disse que esta questão também é relevante, que seja discutida na próxima reunião, com mais subsídio para solução definitiva. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, tendo eu Rosa Shimoisa Ebina, Secretária Executiva, lavrando a presente ata que segue assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros.